

SÍNTESE CONJUNTURAL **Janeiro/2012**

DESTAQUES

Otimismo com cautela no comércio

Os empresários do comércio de Belo Horizonte estão otimistas em relação à chegada de 2012: 82,1% dos lojistas apostam que as vendas do primeiro trimestre de 2012 serão melhores do que as realizadas no primeiro trimestre de 2011. Mas, conforme demonstra a Sondagem de Opinião do Lojista "Expectativas Empresariais para 2012", pesquisa realizada pelo Departamento de Economia da Fecomércio Minas, o total de empresários que creem em vendas maiores (82,1%) é menor do que os 91,8% apurados na sondagem de 2011.

A pesquisa evidencia que, mesmo otimistas, os comerciantes estão cautelosos e com os pés no chão, devido ao momento de crise econômica mundial. Dentre aqueles que irão afetar positivamente o desempenho do varejo estão a estabilidade monetária, com 12,8%; crédito para investimento, também com 12,8%; e investimentos governamentais, com 12,2%. Por outro lado, o juro elevado é o líder dos fatores que prejudicarão o comércio segundo 26,3% das opiniões, sendo que, em 2011,

o percentual foi de 21%. Logo atrás, está a carga tributária elevada (18,4%).

Para o ano novo, o foco e a estratégia da empresa mais citados foram preço (29,9%) e a qualidade dos itens comercializados (29,6%). No ano passado, os itens comercializados ficaram à frente, com 40,1% de aprovação; seguido do preço, com 32,4%.

Consumidor fecha 2011 mais otimista

O consumidor da capital mineira fechou o ano de 2011 mais otimista. O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICCBH), medido pela Fecomércio Minas e pela Fundação Ipead/UFMG, alcançou 53,27 pontos em dezembro, mantendo os níveis de novembro. No ano, a variação positiva foi de 3,50%. O ICCBH avalia respostas que variam de zero a 100 pontos, nas quais zero reflete o pessimismo total e, 100, o otimismo máximo. Assim, números acima de 50 pontos dão a ideia de otimismo do consumidor.

As variações que impactaram positivamente o ICCBH de dezembro

foram a disponibilidade de recursos, que se elevou em 4,45%, o emprego (3,53%), a situação financeira da família em relação ao passado (1,89%) e a pretensão de compra (0,88%). As variações que impactaram negativamente foram a situação financeira da família (-4,41%), a inflação (-3,77%), a situação econômica do país (-2,97%) e a pontualidade no pagamento (-1,58%).

Em relação ao item "Pretensão de Compra", que sofreu variação positiva de 0,88%, os itens mais citados foram: Automóvel (9,75%), Televisor (8,00%), Móveis e Computador (7,50%), Material de Construção (6,25%) e Moradia (6,25%).

O item "Pontualidade no Pagamento", que registrou queda de 1,58% em relação ao mês anterior, mostra que os consumidores continuam com dificuldade para pagar o cartão de crédito, que lidera a lista dos atrasos com 46,72%. Energia elétrica (28,69%), prestações (18,03%), seguido de aluguel (15,57%) e telefone fixo (11,48%) seguem logo atrás.

11,4 milhões de brasileiros (6,0%) vivem em conjuntos de domicílios precários

Em 2010, o país possuía 6.329 aglomerados subnormais (assentamentos irregulares conhecidos como favelas,

invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros) em 323 dos 5.565 municípios brasileiros, segundo o CENSO do IBGE. Em termos de equivalência, seria a mesma população residente da Grécia.

Estes aglomerados subnormais concentravam 6,0% da população brasileira (11.425.644 pessoas), distribuídos em 3.224.529 domicílios particulares ocupados (5,6% do total). Vinte regiões metropolitanas concentravam 88,6% desses domicílios, e quase metade (49,8%) dos domicílios de aglomerados estavam na Região Sudeste.

Os aglomerados subnormais frequentemente ocupam áreas menos propícias à urbanização, como encostas íngremes no Rio de Janeiro, áreas de praia em Fortaleza, vales profundos em Maceió (localmente conhecidos como grotas), baixadas permanentemente inundadas em Macapá, manguezais em Cubatão, igarapés e encostas em Manaus.

Turista Brasileiro gasta R\$ 773 ao dia em Nova York

Segundo o órgão oficial para o marketing do turismo de Nova York, os turistas brasileiros que visitam Nova York gastam diariamente o dobro do valor que os demais turistas costumam desembolsar na cidade. O gasto médio diário alcança a

cifra de R\$ 773 (US\$ 415), 80% do valor médio gasto pelos turistas de todas as nacionalidades no mesmo período – R\$ 384 (US\$ 206).

Segundo o relatório, os brasileiros são mais propensos a gastar com shows, peças e musicais que a média dos visitantes na cidade, além de terem mais disposição para visitar galerias e museus.

O número de turistas vindos do Brasil também cresce: depois de uma disparada de 77% em 2010 na comparação com 2009, neste ano o órgão espera um incremento de 11% em relação ao ano passado.

Em Nova York, os turistas brasileiros têm em média 40 anos, permanecem 6,7 noites, viajam a lazer e se hospedam em hotéis.

Brasileiro gasta mais com dívida

Os consumidores brasileiros comprometem uma fatia maior de sua renda com dívidas do que os americanos, segundo pesquisa realizada pelo Grupo Folha.

Cerca de 22% dos rendimentos dos brasileiros são comprometidos por pagamento de empréstimos e outros tipos de financiamento, de acordo com o Banco Central. Sendo que, 7,9% do comprometimento é utilizado para pagamento de juros e, 14,3% são

utilizados para o pagamento do principal. Já os americanos comprometem cerca de 16% de sua renda com dívidas.

Nestes dois países, a situação econômica resultante dos efeitos da crise iniciada em 2008 foi a principal responsável. De um lado, têm-se os Estados Unidos com um cenário marcado pelo desemprego e pela contração de crédito, o que contribuiu para reduzir o peso das dívidas no orçamento das famílias nos últimos anos. E no Brasil, o efeito foi inverso.

Turismo deve crescer até 20% neste verão, prevê associação

Segundo estimativas da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV, o Brasil pode registrar crescimento de cerca de 15% a 20% no setor de turismo no verão de 2012 comparado ao mesmo período do ano passado.

Por outro lado, existe um descompasso entre o aumento de turistas no País e a infraestrutura necessária para recebê-los. Segundo a associação, os portos melhoraram, mas o movimento cresceu tanto que ainda não estão preparados. Nos aeroportos, menos ainda. O turismo está crescendo, mas a infraestrutura não está acompanhando. Todas as obras que foram feitas até o momento ainda representam muito pouco em relação às necessidades.

De acordo com o Ministério do Turismo, até novembro deste ano, 8,263 milhões de turistas estrangeiros desembarcaram no País, contra 7,212 milhões em 2010, com alta de 1,050 milhão de visitantes de fora no período.

Nos desembarques domésticos, o crescimento foi ainda mais expressivo. Até novembro de 2010, o turismo interno aéreo representou 61,759 milhões de passageiros. De janeiro a novembro de 2011, foram 71,768 milhões, um crescimento de 10 milhões no período.

União compra mais de MPes

No primeiro semestre de 2011, a União comprou das micro e pequenas empresas brasileiras cerca de R\$ 5,2 bilhões em produtos e serviços destes produtores, segundo o Ministério do Planejamento, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Foram R\$ 1,6 bilhão superiores ao mesmo período de 2010, o que representa um aumento de 44,5%.

A guinada das micro e pequenas empresas começou em 2006 com a instituição da Lei Complementar 123, conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que criou cotas e facilitou a participação do segmento em licitações do governo. A lei, que entrou em vigor em 2009, concede benefícios às micro e pequenas empresas, como permitir que elas deem novo lance

caso sua oferta seja até 5% superior à da empresa vencedora da licitação e possam concorrer entre si nas licitações de até R\$ 80 mil. De acordo com o Sebrae, nas concorrências de até R\$ 80 mil, as micro e pequenas empresas abocanharam 60% das compras da União em 2011, o equivalente a mais de R\$ 1 bilhão.

O Sebrae e o Ministério do Planejamento têm um acordo de cooperação para ampliar o acesso dos pequenos negócios às compras governamentais. Uma das ações é o Encontro de Oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais (Fomenta).

Somente o governo federal gastou aproximadamente R\$ 400 bilhões em 2011 com produtos e serviços, aponta o Sebrae. Cinco anos atrás, essas concorrências ficavam restritas às empresas de médio e grande portes, embora as micro e pequenas empresas representem 99% das empresas do país e são responsáveis por 50% dos postos de trabalho formais. O que até então dificultava a entrada deste setor no consumo do poder público era o excesso de burocracia nas exigências da concorrência, a ausência de diferenciação de preços por escala, além da restrita disseminação dos processos licitatórios. Estima-se que os governos federal, estaduais e municipais gastem R\$ 254 bilhões por ano com a compra de bens e

serviços para a manutenção de sua estrutura operacional.

Segundo levantamento feito junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, para cada bilhão comprado pelo governo federal das micro e pequenas empresas em 2010 foram gerados 8 mil novos empregos diretos e 16 mil indiretos. (AE e ASN)

Aumento de vendas de carros foi 2,91% - 2011/2010

Em 2011, foram comercializados no mercado interno cerca de 3.425.468 carros e comerciais leves, o que representa um crescimento de 2,91% na comparação com 2010 (3.328.598 unidades), conforme números dos Renavam informados à agência Reuters. Entretanto, o número ficou abaixo das expectativas dos fabricantes que, por sua vez, esperavam um aumento nas vendas de 4,5% em 2011.

Vale lembrar que houve a elevação de imposto sobre veículos importados pelo governo. Em dezembro, passou a valer também a elevação em 30 pontos percentuais do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), medida introduzida em setembro e que vale até o final de 2012.

Considerando apenas dezembro/2011, as vendas alcançaram o patamar de 329.196 unidades – recorde do ano – e 7,85% acima do número apurado em novembro/2011. Se compararmos com dezembro/2010, estas apresentam queda de 8,86%.

Cresce a importação de cosméticos no país

Em 2011, o país ultrapassou a marca recorde de US\$ 500 milhões em importação de maquiagem, perfumes, sabonetes, cremes e xampus, puxado pelo crescimento da renda das famílias e pela valorização do real.

As exportações brasileiras desses mesmos produtos também cresceram de forma recorde, com a marca de US\$ 480 milhões no mesmo período. Com isto, a expectativa é de que o Brasil ultrapasse o Japão se tornando o segundo maior mercado de cosméticos e produtos de higiene pessoal, traz só dos EUA.

Juro do cartão de crédito brasileiro é o maior da América do Sul

Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), o juro do cartão de crédito no Brasil é o mais alto na comparação com cinco países da América do Sul e o México. O consumidor que utiliza o serviço e entra no

chamado crédito rotativo, fica submetido a uma taxa média de 237,9% ao ano, quase cinco vezes superior à da Argentina, que aparece na segunda colocação com juros de 50% ao ano.

Em seguida aparece o Chile, com taxa média de 40,7%, seguido pelo Peru (40%), México (36,2%) e Venezuela (29%). A menor taxa entre os países analisados foi a da Colômbia, de 28,5% ao ano.

O cartão de crédito é a forma de financiamento que mais contribui para o endividamento dos brasileiros. Entre os inadimplentes do país, 64,1% têm dívidas no cartão, como mostra pesquisa do Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC).

Crédito para despesas de início de ano

Os bancos começaram a disponibilizar linhas de crédito pessoal para os consumidores brasileiros custearem as já tradicionais despesas de início do ano. O empréstimo permite pagar à vista, gastos com material escolar, matrícula, férias, além de tributos como o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), parcelando o valor por um prazo mais longo.

A procura por este tipo de financiamento está mais concentrada no público de menor renda, mas existe em todos os segmentos de clientes dos bancos. No Santander, por exemplo, o valor mínimo da linha é de R\$ 100,00 e pode chegar até 30% do salário do solicitante. O valor padrão é de mil reais, sendo que os prazos mais comuns variam entre 12 e 24 meses. A taxa média de juros está em 3,5%. A primeira parcela do empréstimo pode ser paga em até 90 dias.

No Bradesco, as linhas estarão disponíveis para todos os correntistas do banco até 31 de março. A data de vencimento da primeira parcela fica a critério do cliente e pode ser agendada para até 59 dias após a contratação da operação. Os prazos são de um a 12 meses, com prestação mínima de R\$ 20,00, e taxa de juros a partir de 4,64% ao mês. No caso do IPVA, pode-se incluir no financiamento o custo do licenciamento do veículo e as multas do período. O valor referente ao IOF pode ser financiado e inserido nas prestações.

Grande parte dos endividados não conseguem pagar as contas

De acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 36,6% dos endividados dizem não ter capacidade de pagar as contas em atraso. Apenas 13,2% dos entrevistados em dezembro/11 pretendem pagar as

contas atrasadas em sua totalidade, enquanto 47,8% poderão quitá-las parcialmente.

De novembro/11 para dezembro/11, as dívidas aumentaram 7,6%, quinto maior valor do ano. Além disso, 22,46% dos endividados possuem pendências que vão de duas a cinco vezes a renda mensal.

A pesquisa mostrou que 43,9% das famílias têm dívidas. Enquanto 18,6% dizem estar "pouco endividadas", 17,1% afirma que estão "mais ou menos endividadas" e 8% "muito endividadas". O estudo foi realizado em 3.810 domicílios, em mais de 200 municípios brasileiros.

Vendas de veículos sobem 3,4% em 2011

O mercado automobilístico brasileiro fechou 2011 com a marca recorde de 3,6 milhões de veículos novos vendidos, registrando um crescimento de 3,4% sobre o volume de 2010, segundo a Federação Nacional da Distribuição Nacional de Veículos Automotores (FENABRAVE).

Em dezembro/11, as vendas somaram 348,38 mil unidades, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. O volume representa uma queda de 8,7% na comparação anual, mas um aumento de 8,3% em relação a novembro/11, quando

foram vendidos 321,57 mil veículos. Quando se considera apenas os carros de passeio e os veículos utilitários leves, houve um crescimento de 2,9% nas vendas em 2011, totalizando 3,42 milhões de unidades.

A Fiat liderou as vendas em 2011, com uma participação de mercado de 22,0%, seguida pela Volkswagen (20,4%), General Motors (18,4%) e Ford (9,2%). As vendas de caminhões cresceram 9,6% no ano passado, chegando a 172,66 mil unidades. O desempenho foi influenciado pela antecipação de compras dos consumidores, diante da expectativa de aumentos nos preços dos veículos pesados com o início da nova legislação de emissão de poluentes, que exigiu alterações nos motores dos caminhões produzidos a partir de 2012.

No ranking dos mais vendidos, a Volkswagen liderou o mercado de caminhões, com 29,4% do total vendido no ano passado. Na segunda colocação, a Mercedes Benz teve uma participação de mercado de 24,5%. Já as vendas de ônibus somaram 34,75 mil unidades em 2011, com crescimento de 21,7%. Nesse mercado, a liderança foi da Mercedes Benz, cujo *share* foi de 42,3%.

O balanço mostra ainda vendas de 1,94 milhões de motocicletas em 2011, 7,6% a mais do que no ano anterior. Líder de

mercado, a Honda teve 78,8% das vendas, seguida pela Yamaha, com 11,85% do total.

Cresce a produção e venda de motocicletas em 2011

A produção de motocicletas no Polo Industrial de Manaus avançou 16,8% em 2011, com 2,1 milhões de unidades, segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (ABRACICLO).

Em 2011, as vendas domésticas no atacado (do fabricante à revenda) subiram 12,4% na comparação com 2010, para 2 milhões de unidades. Já os emplacamentos, que indicam o volume real de novas motocicletas em circulação, tiveram alta de 7,6%, totalizando 1,9 milhão de unidades. As exportações, por sua vez, ficaram em cerca de 4,0 mil motos.

Mulheres e jovens lideram índice de inadimplência

Sondagem realizada pelo Departamento de Economia da Fecomércio Minas aponta que os jovens, principalmente as mulheres, lideram os índices de inadimplência. De acordo com a Pesquisa de Endividamento do Consumidor (PEC), o perfil do inadimplente é composto por

59,3% de mulheres e 40,7% de homens, sendo que 38,5% estão na faixa etária entre 25 e 34 anos, seguido pelos consumidores entre 16 e 24 anos, somados aos de 35 a 44 anos (23,1% do total). A pesquisa, referente aos meses de novembro e dezembro de 2011, apontou um aumento na inadimplência, que atingiu 6,8%, contra os 5,6 dos meses anteriores e os 5,5 do mesmo período em 2010.

Os números que complementam este índice são os de escolaridade, com 77,8% dos inadimplentes com o 2º grau incompleto ou completo; a renda, com os consumidores entre 2 e 5 salários mínimos atingindo 71,5% e daqueles que são assalariados com carteira assinada, que representam 69,2% dos entrevistados. Destaca-se a participação das classes C, D e E, que atingiu 89,3% dos endividados, sendo que desse total 67,2% são da classe C e 22,1% pertence as D e E.

Apesar do aumento na inadimplência, o endividamento do consumidor interrompeu uma trajetória crescente, caindo para 70,1% em novembro e dezembro, frente aos 74,1% registrados em setembro e outubro. Mesmo assim, o índice ainda está em níveis preocupantes, ficando muito acima do apurado em igual bimestre de 2010, quando os endividados representavam 56,3% dos entrevistados.

A manutenção de um ambiente econômico estável e de confiança no futuro comportamento do emprego e da renda, aliados ao acesso fácil ao crédito e novos padrões de consumo, tem contribuído para estimular a propensão ao endividamento das famílias.

Seis em cada dez brasileiros estão na classe média

A classe média possui 90 milhões de pessoas, ou seja, seis em cada dez brasileiros. O número é superior ao da população da Alemanha, segundo pesquisa Datafolha. No fim de 2002, a classe média representava 40% da população brasileira. Os principais motivos para o aumento são os ganhos de renda, garantidos pelo crescimento econômico e às políticas de distribuição e acesso mais fácil ao crédito.

Porém, a classe média brasileira não é homogênea por conta de sua variedade de indicadores de renda, educação e posse de bens de consumo. A pesquisa, feita com maiores de 16 anos, considera três estratos: média alta, média intermediária e média baixa, com 19%, 26% e 18% da população, respectivamente.

Um dos fatores que une os três estratos da classe média é o acesso aos bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos. Por outro lado, a classe média alta tem como principais

características maior escolaridade e salários maiores que as demais.

O crescimento da classe média acompanha a redução do número de brasileiros em situação de pobreza extrema nos últimos dez anos. Pela primeira vez, a classe E representa menos de 1% dos 49 milhões de domicílios do país.

As participações das classes E e D reduziram por causa da forte migração que houve entre 1998 e 2011. A fatia dos domicílios de classe D caiu no período, passando de 33,6% para 15,1%.

Abrir uma franquia está 82% mais caro

Abrir uma franquia ficou mais caro. De 2008 para 2011, o gasto médio para instalar uma unidade subiu 82,4%, segundo a consultoria Rizzo Franchise. Porém, o mercado de franquias está em expansão e continua sendo um bom investimento. O levantamento mostra que somente os gastos com obra, equipamentos e itens de decoração chegaram a R\$ 208 mil no ano passado, sem contar as despesas com aluguel e taxa de franquia. O valor é 33% superior ao registrado em 2010.

Apesar do aumento do custo, a franquia ainda é um bom negócio. A taxa de mortalidade na área é nove vezes menor

ao das pequenas empresas. O setor vem crescendo a taxas superiores a 10% nos últimos sete anos e o Brasil já é o terceiro maior mercado de franquias no mundo.

Segundo a consultoria, hotelaria e turismo é o setor mais caro para se investir em franquias. O gasto médio para a instalação da unidade chega a R\$ 1,43 milhão. Já os negócios relacionados à área financeira são os que apresentam o menor custo, de R\$ 50.644.

Foram devolvidos quase 20 milhões de cheques em 2011

Segundo levantamento da Serasa Experian, 1,95% dos cheques compensados em 2011 no Brasil, foram devolvidos por falta de fundos. O volume somou um total de 19,7 milhões de retornos diante de cerca de 1 bilhão de

cheques compensados no ano. O percentual é o maior desde 2009, quando houve 2,15% de devoluções.

A elevação da inadimplência do consumidor, o crescimento da inflação que reduziu o poder aquisitivo, o rápido aumento do endividamento e os juros altos que encareceram o crédito foram fatores determinantes que comprometeram a capacidade de pagamento.

Roraima foi o Estado com o maior percentual de cheques devolvidos (12,48%), enquanto São Paulo teve o menor (1,45%). Entre as regiões, a Norte teve o maior volume de devolução, com 4,18%, e a Sudeste, com 1,57%, teve a menor.

ASPECTOS ECONÔMICOS

COMÉRCIO

Expectativa de balanço positivo sobre as vendas de dezembro

Lojistas acreditam em um fechamento positivo das vendas de fim de ano. É o que aponta a Sondagem do Comércio Lojista de Belo Horizonte, pesquisa realizada pelo Departamento de Economia da Fecomércio Minas. Passado o período de festas, chegou o momento de o empresário levantar as

informações e fazer um balanço sobre o desempenho da empresa. De acordo com a sondagem, 74% dos entrevistados apostaram que as vendas seriam melhores em dezembro, em relação ao mês anterior. Somando aos 20% que estimavam repetir o mesmo resultado, o grupo classificado como otimistas com certa dose de prudência representou 94% do total de entrevistados.

E-Commerce: Vendas crescem 20%

As vendas Natalinas ficaram dentro das expectativas, obtendo um crescimento nominal de 20% em relação ao ano anterior, de acordo a e-bit. No período de 15 de novembro e 24 de dezembro, o faturamento do e-commerce fechou em R\$ 2,6 bilhões.

Em 2011, as empresas prepararam melhor seus estoques e sua logística de entrega de produtos, o que contribuiu para a redução da taxa de atrasos na entrega (passou de 17% em 2010 para 13%). Esse índice é elaborado com base em pesquisas enviadas pela e-bit aos consumidores, um dia após o término no prazo de entrega prometido pelas empresas.

O ticket médio, porém, diminuiu em relação ao ano passado: ficou em R\$ 347, frente R\$ 370 na mesma data de 2010. Já o número de pedidos cresceu 27%, na mesma comparação.

No ranking dos produtos mais vendidos no Natal, os eletrodomésticos ficaram em primeiro lugar, seguido por saúde, beleza e medicamentos, informática, moda & acessórios e eletrônicos.

As vendas nos shoppings crescem 5,5%

Os shoppings centers brasileiros celebraram aumento de 5,5% nas vendas

neste Natal em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo a Alshop – Associação Brasileira de Lojistas de Shopping. O desempenho ficou 1 ponto percentual abaixo da expectativa do setor divulgada no meio do ano (6,5%). Vale lembrar que, no ano de 2010, o crescimento apurado foi de 13%.

Dentre as opções de presentes populares, os segmentos de perfumaria e cosméticos e óculos, bijuterias e acessórios, registraram crescimento de 18% e 17%, respectivamente. O ramo de vestuário, que representa a maior parte das lojas de shoppings, cresceu apenas 2% (a expectativa era de expansão de 7%).

A expectativa é de que os shoppings fiquem lotados até o dia 30 de dezembro, por conta da temporada de trocas e também da tradicional procura por roupas brancas e lingerie para as comemorações de fim de ano.

As medidas do governo para estimular as vendas de eletrodomésticos da chamada linha branca, como geladeiras e fogões, não tiveram efeito no Natal, segundo a associação. Juntamente com o setor de eletroeletrônicos, a venda do segmento registrou alta de 5%.

Cartão de Crédito aumenta participação nas vendas a prazo na capital

O cartão de crédito é, sem dúvida, o número 1 na preferência do consumidor na hora de fazer as compras. Esse meio de pagamento respondeu por 69% do total das vendas a prazo, um ponto percentual acima do registrado em outubro e dois pontos acima do apurado em novembro de 2010. Já o cheque pré-datado teve 20% de participação, o mesmo valor registrado em novembro. Em relação ao mesmo período do ano passado, a redução foi de dois pontos percentuais. Os riscos da inadimplência fazem com que cada vez mais os lojistas deixem de aceitar essa forma de pagamento. Esses números são confirmados pela pesquisa Balanço do Crédito do Comércio Lojista de Belo Horizonte, realizada pelo Departamento de Economia da Fecomércio Minas, no último mês do ano com dados de novembro de 2011.

As vendas a prazo, somadas as operações feitas com cartões de crédito, cheques pré-datados, carnês e boletos, representaram 65% do total das transações no varejo. O cartão de crédito caiu no gosto do consumidor devido a agilidade, parcelamento sem juros, além do ambiente de negócios dominado pelos atributos de premiação, tais como milhagem, bônus de compras, serviços, etc. Por falar em

parcelamentos, os prazos estão dilatados em maior frequência de 3 a 6 parcelas, responsáveis por 58% das vendas usando as maquininhas.

A queda do uso do cheque pré-datado se dá, em grande parte, pelo temor dos empresários dos riscos do aceite. A possibilidade de não haver lastro no cheque e os custos embutidos nisso faz com que apenas 28% das empresas consultadas aceitem essa forma de pagamento. Para aqueles que ainda o aceitam, ainda valem a dinamização do fluxo de recebimento das vendas, a diversificação a oferta de opções para o consumidor e a fuga das taxas das administradoras do cartão. Mesmo com a unificação dos POS, as taxas variam de 3 a 5% do valor da compra.

Redes varejistas fazem descontos após as festas

Após o período de festas, o varejo abre a temporada de liquidações. Para a primeira semana do ano, grandes redes oferecem descontos de até 80% nos preços de produtos.

O Walmart realiza o tradicional saldão, com produtos até 70% mais baratos em diversas categorias, com destaque para televisores, notebooks e roupas. Nas lojas físicas do Carrefour, com a liquidação é possível encontrar descontos de até 80%. Já o Magazine Luiza realiza a 19ª edição

de sua “liquidação fantástica”, em 728 lojas da rede. Cerca de 3 milhões de produtos terão abatimentos de até 70%.

Entidades de defesa alertam para os direitos dos consumidores em liquidações. Os eventuais defeitos em produtos de mostruário que forem vendidos devem estar expressamente descritos e informados ao consumidor, de forma expressa, para isentar da obrigação de troca ou reparo.

Para trocas no caso de defeitos, o Código prevê garantia de 30 dias para bens não duráveis, como roupas, e 90 dias para bens duráveis, como geladeira, fogão e eletrodomésticos.

Se o fabricante não trocar ou consertar o produto em 30 dias, ele é obrigado a devolver o dinheiro. Caso se negue a efetuar a devolução, o consumidor tem cinco anos para processar o fornecedor na Justiça.

Comércio Varejista de Minas Gerais cresceu 1,4% em novembro de 2011

O volume de vendas do comércio varejista cresceu 1,4% em Minas Gerais, em novembro de 2011 frente a novembro de 2010 na série com ajuste sazonal, segundo o IBGE. Tal resultado é 0,1 ponto percentual superior ao contabilizado pelo país nesta mesma modalidade

comparativa. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o crescimento do Comércio Varejista Ampliado, que inclui os ramos de Veículo, Motocicletas, Partes e Peças e Material de Construção, foi mais expressivo no estado do que no país: de 5,8% contra 3,2% para o Brasil. No acumulado do ano, os resultados seguiram o mesmo comportamento, onde o varejo de Minas Gerais fechou os 11 primeiros meses do ano com crescimento de 9,6%, atingindo um patamar superior ao do Brasil (6,9%).

O indicador de tendências, comparativo dos faturamentos acumulados no período de doze meses, computou crescimento de 10,5% para o varejo de Minas Gerais e 7,7% para o país. Embora as taxas permaneçam elevadas, a curva continuou com uma trajetória declinante.

No segundo semestre, a expectativa girava em torno dos efeitos da crise europeia, o que fragilizou a confiança na economia. Além disto, as medidas restritivas na condução da política monetária e fiscal focadas na restrição do crédito ao consumo e as elevadas taxas de juros de mercado, contribuíram para a redução do ritmo das vendas. Entretanto, fatores como a injeção da 1º parcela do abono natalino e as estratégias empresariais que se concentravam na antecipação das vendas para o Natal, formaram um arcabouço que

minimizaram os efeitos negativos nos negócios.

Dentre os ramos que contabilizaram crescimento em novembro/2011 frente a novembro/2010, destacaram-se: Móveis e Eletroeletrônicos (+31,9%), Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico (13,1%), Artigos Farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (8,4%). Em contrapartida, os ramos de Combustíveis e Lubrificantes (-3,3%) e Veículo, Motocicletas, Partes e Peças (-2,5%) apresentaram redução no desempenho das vendas. Vale dizer que, no caso do Brasil, o ramo de Veículo, Motocicletas, Partes e Peças (-2,9%) também apresentou redução, ou seja, o mesmo comportamento de vendas.

Vendas on-line crescem 21,0%

O comércio eletrônico brasileiro cresceu 21,0% em 2011 chegando a R\$ 21,5 bilhões, representando 2,2% das vendas on-line mundiais, segundo a consultoria Forrester Research.

No ano passado, o comércio eletrônico global totalizou R\$ 805,5 bilhões (US\$ 450 bilhões), impulsionado principalmente pelos Estados Unidos e por países da Europa Ocidental.

A expectativa é que a participação brasileira passe para cerca de 3% do comércio eletrônico mundial, ou R\$ 39,3

bilhões de R\$ 1,25 trilhão nos próximos três anos. O Brasil é considerado um dos candidatos a protagonista das vendas on-line mundiais.

Isso porque registrará expansão do alcance do número de consumidores on-line, diversificação dos produtos comercializados e grupos internacionais que passarão a operar no mercado e devem impulsionar o setor.

Varejo mundial cresce 5%

O principal relatório sobre o desempenho do setor de varejo no mundo deu destaque para dois pontos principais: o crescimento do mercado, apesar da crise internacional, e os resultados positivos das varejistas de países emergentes. No Brasil, duas empresas são citadas de forma positiva, Grupo Pão de Açúcar e Lojas Americanas.

A Deloitte Touche Tohmatsu Limited apontou que as 250 maiores varejistas do mundo registraram um aumento de vendas de 5,3% no exercício fiscal de 2010 (ano terminado em 30 de junho de 2011), segundo o relatório "2012 Global Powers of Retailing" (Potências Mundiais de Varejo em 2012).

O relatório também destaca um aumento de 3,8% no lucro líquido das redes no último ano fiscal, versus alta de 3,1% no ano anterior. Apesar desse resultado, o

relatório reforça que as varejistas continuam preocupadas com a deterioração da economia global. O estudo destaca a melhoria nos indicadores das redes nos EUA, mas ressalta que a desaceleração no consumo na Europa deve continuar e, portanto, as cadeias terão uma "dura batalha" pela frente.

Em relação ao Brasil, o Grupo Pão de Açúcar e a Lojas Americanas avançaram posições no ranking do setor. O GPA passou da 75ª colocação para a 45ª em termos de vendas no período de julho de 2010 a junho de 2011. Pelos cálculos, o valor atingiu US\$ 18,3 bilhões, e inclui os resultados de Casas Bahia, que passaram a fazer parte dos relatórios em 2010.

O GPA ultrapassou redes como a americana J.C Penney, as espanholas El Corte Inglés e Inditex (dona da Zara), a britânica Marks & Spencer e a sueca H&M.

Em relação a Lojas Americanas, a rede passou da 184ª colocação para a 158ª. O Walmart se mantém na primeira posição da lista geral, seguido pelo Carrefour. A rede britânica Tesco alcançou a terceira colocação ao ultrapassar a alemã Metro.

O percentual das vendas provenientes de mercados estrangeiros nas 250 varejistas passou de 22% (média) nos últimos dois anos para 25% no ano passado.

Comércio perde R\$ 50 bilhões por causa dos feriados

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, os feriados prolongados trazem prejuízos ao comércio nacional, porém beneficiam os comerciantes de shopping centers. As perdas de faturamento do comércio brasileiro em 2012 atingirão cerca de R\$ 50 bilhões. Já o setor financeiro ganha com tudo isso, e chegarão a emprestar o equivalente a R\$ 15 bilhões.

Os governos por sua vez, perdem em termos de arrecadação tributária. De acordo com a Fundação, em função dos feriados, os governos federal, estaduais e municipais deixam de arrecadar em torno de R\$ 18 bilhões.

O ano de 2012 tem dez feriados nacionais que caem em dias de semana. Em fevereiro, além de o mês já ter menos dias, o carnaval envolve 2,5 dias parados, que são a segunda-feira (20), a terça-feira (21) e metade da quarta-feira de cinzas (22). Em abril, há dois feriados (Sexta-Feira da Paixão e Tiradentes), além de um dia de recesso. Já novembro apresenta dois feriados (2 e 15) e três prolongamentos.

Em contrapartida, os feriados com recessos trazem ganhos para as cidades balneárias de pequeno e grande porte de todo o país, como Fortaleza, Florianópolis

e Rio de Janeiro, porque beneficiam os setores hoteleiro e gastronômico.

5% é o crescimento, no mundo, das vendas no varejo

Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Limited destaca o crescimento do mercado, apesar da crise internacional e os resultados positivos dos varejistas de países emergentes. No Brasil, o destaque ficou com o Grupo Pão de Açúcar e as Lojas Americanas.

As 250 maiores varejistas do mundo registraram aumento nas vendas de 5,3% no exercício fiscal de 2010 (ano finalizado no dia 30 de junho/11). Na pesquisa anterior, a alta fora de apenas 1,2%. Além das vendas, o lucro líquido das empresas subiu 3,8%, contra os 3,1% do estudo anterior.

Em relação ao Brasil, o grupo Pão de Açúcar e as lojas Americanas avançaram no ranking das empresas com melhores vendas. O Pão de Açúcar saiu da 75ª para 45ª posição. Já as Lojas Americanas alcançou a 158ª posição, após estar na 184ª. O Walmart e Carrefour continuam em 1º e 2º lugar na lista, respectivamente.

O percentual das vendas provenientes de mercados estrangeiros nas 250 varejistas passou de 22% (média) nos últimos dois anos, para 25% em 2011.

MERCADO DE TRABALHO

Novo salário-mínimo vai injetar R\$ 47 bilhões na economia

O novo salário-mínimo de R\$ 622, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, deve injetar R\$ 47 bilhões na economia do país em 2012, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o Dieese. Pelo menos 48 milhões de pessoas fazem parte das classes de trabalho que irão ter os salários elevados.

Considerando o valor de R\$ 545,00, vigente desde março de 2011, o salário-mínimo apresentou variação nominal de 14,13%, o que representa aumento real de 9,20% entre março de 2011 e janeiro de 2012. A arrecadação de impostos sobre o consumo terá um incremento de R\$ 22,9 bilhões, por causa dos R\$ 77 adicionados ao salário-mínimo.

Apenas para empregados domésticos com carteira assinada que ganham um salário-mínimo, por exemplo, o aumento vai acrescentar R\$ 5,08 bilhões de renda extra para 2012. Cerca de 5 milhões de trabalhadores dessa categoria serão beneficiados.

No entanto, os gastos com a Previdência Social serão bem maiores. O acréscimo de cada R\$ 1 no salário-mínimo tem um impacto estimado em R\$ 257 milhões ao

ano sobre a folha da Previdência Social. Por isso, o custo adicional à Previdência por ano será de cerca de R\$ 19,8 bilhões.

Com o valor de R\$ 622,00, a vigorar em janeiro próximo, o piso acumula um ganho real desde 2002 de 65,96%, segundo o Dieese.

Em novembro/2011, a taxa de desemprego foi de 5,2%

A taxa de desemprego de novembro de 2011 foi estimada em 5,2% para o país, a menor desde o início da série (março de 2002). Em comparação com outubro (5,8%), a taxa registrou queda de 0,6 ponto percentual. Em comparação a novembro de 2010 (5,7%), recuou 0,5 ponto percentual, segundo o IBGE.

A população desocupada (1,3 milhão de pessoas) caiu 9,6% no confronto com outubro. Quando comparado com novembro do ano passado, recuou 7,9%. No que se refere a população ocupada (22,8 milhões), esta apresentou crescimento de 0,7% frente ao mês de outubro. Na comparação com novembro/2010, o indicador apresentou aumento de 1,9%, o que representou elevação de 431 mil ocupados no intervalo de 12 meses.

O rendimento médio real habitual dos ocupados (R\$ 1.623,40, o valor mais alto para o mês de novembro desde 2002) não

variou em comparação com outubro. Frente a novembro do ano passado, o poder de compra dos ocupados cresceu 0,7%. A massa de rendimento real habitual (R\$ 37,4 bilhões) aumentou 0,6% em relação a outubro. Em comparação com novembro de 2010, a massa cresceu 2,2%. A massa de rendimento real efetivo dos ocupados (R\$ 37,2 bilhões), estimada em outubro de 2011, subiu 0,8% no mês e 1,7% no ano.

INVESTIMENTOS

Setor de serviços atrai novos investimentos

Livre da concorrência dos importados e impulsionado pelo fortalecimento do consumo doméstico, o setor de serviços cresce no Brasil e já concentra uma parte expressiva dos investimentos que estão sendo feitos na economia, seja com recursos estrangeiros, seja de projetos apoiados por financiamento local.

Os estrangeiros, que concentravam seus investimentos na indústria, mudaram de foco. Dados do Banco Central mostram que dos US\$ 62,3 bilhões que chegaram ao país entre janeiro e novembro de 2011 para projetos no setor produtivo, 47% foram aplicados em serviços (incluindo comércio e infraestrutura), enquanto a indústria recebeu 37%. No mesmo período de 2010, a indústria recebeu 40,5% dos investimentos estrangeiros

diretos, ao passo que a fatia de serviços ficou com 28%.

O interesse pelo setor não ficou restrito aos investidores internacionais. Dos R\$ 91,6 bilhões emprestados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos nove primeiros meses de 2011, 52,7% foram destinados a empresas de serviços, fatia consideravelmente maior que a de 37,7% verificada no mesmo período de 2010.

De janeiro a setembro de 2011, 49,4% dos valores envolvidos referiam-se a projetos de serviços, ficando apenas 35,6% com a indústria. A participação de serviços nas consultas é crescente, ultrapassando o percentual de 47,5% visto no mesmo período do ano anterior.

Toda essa vitalidade do setor é sustentada, em parte, pelas pequenas e médias empresas, que vêm ganhando espaço nos financiamentos do BNDES. Sua participação no total de desembolsos da instituição cresceu de 26,2% entre janeiro e setembro de 2010 para 39,5% no mesmo período de 2011, com a liberação de R\$ 36,2 bilhões em créditos, 8% mais que no ano passado. Embora as empresas de pequeno e médio porte não respondam pela maior parte dos valores emprestados, elas são maioria absoluta quando se trata de número de transações. Das 629 mil operações realizadas pelo BNDES nos nove

primeiros meses desse ano, 94% envolveram pequenas e médias empresas.

CONJUNTURA

IGP-M: -0,12 em Dezembro/11

O IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado), que entre outros serve de parâmetro para a correção de contratos de aluguéis, caiu 0,12% em dezembro, segundo a FGV (Fundação Getúlio Varga). Em 2011, o índice fechou o ano com um crescimento de 5,10%, abaixo do valor registrado em 2010 (+11,32%). Esta queda pode ser justificada pela menor inflação no IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), que representa 60% do IGP-M.

Em dezembro, o IPA recuou 0,48%, ante alta de 0,52% no mês passado, puxado sobretudo pela redução de 6,96% do Minério de Ferro em dezembro ante novembro, seguido por milho em grão (-7,04%) e soja em grão (-3,53%).

Já o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), que representa 30% do IGP-M, aumentou 0,71% em dezembro, contra 0,43% em novembro, devido principalmente à disparada de 36,29% do mamão papaya. A alta nos preços da alcatra (6,97%) e da tarifa de eletricidade residencial (1,02%) também foram

fatores que contribuíram para o aumento do IPC (em 2011 fechou com +6,16%).

O INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), que responde por 10% do IGP-M) teve alta de 0,35% neste mês, abaixo da taxa registrada em novembro/2011 - +0,50%.

Superávit do setor público chega a R\$ 126,8 bilhões

No ano, o superávit primário acumulado do setor público atingiu R\$126,8 bilhões (3,36% do PIB), comparativamente a R\$ 90,8 bilhões (2,65% do PIB) no mesmo período do ano anterior. Esse superávit primário acumulado até novembro representa 99% da meta estipulada para o ano, de R\$127,9 bilhões. No acumulado em doze meses até novembro, o superávit alcançou R\$137,6 bilhões (3,34% do PIB), segundo o Banco Central.

Em novembro, o superávit primário do setor público consolidado alcançou R\$8,2 bilhões. O Governo Central, os governos regionais e as empresas estatais apresentaram, respectivamente, superávits de R\$ 4,8 bilhões, R\$ 2,6 bilhões e R\$ 773 milhões.

Segundo o BC, esse aumento foi influenciado pela maior variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e de um patamar mais elevado da taxa Selic.

IOF: Governo prorroga o prazo para pagamento

O prazo para pagamento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários incidente sobre as operações com derivativos foi prorrogado para o dia 31 de janeiro de 2012, segundo portaria publicada "Diário Oficial" da União.

A cobrança de 11% é retroativa ao dia 16 de setembro e, a partir de 31 de janeiro, será feita sempre no último dia útil do mês subsequente. Esta é a terceira vez que acontece a prorrogação do prazo de cobrança do IOF.

Mudanças no cálculo do IPCA

A partir de segunda-feira, o preço do chuchu não será mais monitorado pelo IBGE para calcular o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que é usado pelo governo para determinar a meta de inflação. Também não serão monitorados as mensalidades dos supletivos e o preço da autoescola.

Com isto, provocou uma onda de revisões das estimativas para a inflação em 2012. Todas para baixo. O banco Itaú, por exemplo, cortou de 5,75% para 5,25% a inflação prevista para 2012.

A atualização do IPCA pretende refletir novos hábitos de consumo do brasileiro. Itens que estão com preços em alta acabaram perdendo importância no cálculo. Educação e serviço de empregada doméstica, que subiram no último ano 8% e 11% respectivamente, encolheram.

Já produtos com preços em baixa ganharam importância, como eletroeletrônicos e automóveis, que nos últimos 12 meses ficaram 3,95% e 2,69% mais baratos. Entre 2008 e 2009, o IBGE verificou que as famílias estão gastando menos com empregada doméstica. Por outro lado, passaram a consumir mais salmão, DVDs e celulares com internet.

Na inflação de 2012, serão monitorados os preços de 365 itens. Antes, eram 384. Desde 2006, o IBGE concentra esforços em produtos presentes na maior parte das casas do país. Daí a saída do chope e do bacalhau do índice de preços, com consumo mais localizado em algumas capitais.

Tributação encarece as férias

Nem mesmo nas férias, o consumidor escapa dos impostos excessivos. Segundo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), os impostos chegam a 76,66% do valor de produtos consumidos no verão, que corresponde à carga tributária no preço da caipirinha.

Os tributos representam também mais da metade do preço cobrado pela cerveja, 55,60%. Encarecem até a água de coco, com 34% sobre o seu valor. No caso da água mineral, 44,55% do preço final do produto. Já a carga tributária da lata do refrigerante é de 46,47%.

Na praia, para se proteger do sol, o consumidor paga 37,14% do preço do guarda-sol e 41,74% do valor do protetor solar. Na cadeira de praia, os impostos representam 40,62%.

Segundo o levantamento, a carga tributária no biquíni é de 33%. Na toalha de banho, o percentual passa para 26%.

IPCA de 2011 no limite

A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou no teto da meta estipulada pelo governo em 2011, de 6,5%, sendo a taxa foi a mais alta desde 2004. O aumento da renda e a expansão do emprego foram apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como os principais estímulos à inflação no ano.

O dado preocupa, porque tanto o rendimento do trabalhador quanto o mercado de trabalho devem continuar fortes em 2012. Além disso, o salário mínimo acaba de ser reajustado, o que

indica mais pressões inflacionárias pela frente.

Apesar de incentivar ainda mais o aumento da demanda, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos da linha branca (fogões, geladeiras e máquinas de lavar) no final de 2011 foi fundamental para impedir que o aumento de preços ficasse acima do limite máximo esperado pelo governo para o ano.

Com os eletrodomésticos mais baratos em dezembro, os artigos de residência caíram 0,87% em dezembro, o que puxou o IPCA do mês para baixo em 0,03% e suavizou o impacto do aumento dos alimentos (1,23%) e vestuário (0,80%). A inflação no grupo alimentação e bebidas foi responsável por 58% do IPCA no mês.

No entanto, a alta dos alimentos foi menor do que a esperada pelo mercado, assim como a variação nula dos preços do grupo transportes. As passagens aéreas, que subiram 52,91% em 2011, tiveram recuo de 2,05% em dezembro. Também contribuíram para segurar a inflação do grupo os preços mais baixos de automóveis usados (-0,32%) e seguro voluntário (-6,86%).

A principal contribuição individual no IPCA de 2011 foi o aumento na refeição fora de casa (10,49%). A alimentação foi responsável por 26% da inflação do ano passado, contribuição menor que a dos

serviços. Também impulsionados pelo aumento da renda, os serviços corresponderam a uma fatia de 31%. O aluguel residencial ficou 11,01% mais caro, enquanto a despesa com empregado doméstico subiu 11,37%, com e o serviço de cabeleireiro aumentou 9,88%.

Os preços administrados também contribuíram com boa parte do IPCA de 2011: 28% da taxa. Entre os itens que ficaram consideravelmente mais caros estão taxas de água e esgoto, gás encanado, ônibus urbano, táxi e energia elétrica residencial.

Taxas de juros voltaram a ser reduzidas em dezembro/2011

A taxa média de juros cobrada das pessoas físicas nas operações de crédito recuou em dezembro/11 para 6,58% ao mês, segundo a Associação Nacional de Executivos de Finanças - Anefac. Em novembro/11, a taxa média foi de 6,67%.

Das seis linhas de crédito pesquisadas, apenas a taxa do cartão de crédito ficou estável, em 10,69% ao mês. Os juros do cheque especial recuaram de 8,41% em novembro para 8,36% no mês passado. No empréstimo pessoal, a taxa média recuou de 4,39% ao mês em novembro para 4,21% em dezembro nos bancos, e de 8,88% para 8,66% em financeiras -

ambas também as menores taxas nas modalidades desde 1995.

Para o financiamento de automóveis, a taxa média de juros recuou de 2,20% para 2,18%, enquanto no comércio os juros ficaram em 5,36% em dezembro, ante 5,46% no mês anterior.

Para as empresas, a taxa média de juros também recuou, passando de 3,98% ao mês em novembro para 3,87% em dezembro.

Cresce a arrecadação em Minas em 2011

Minas Gerais arrecadou em 2011 R\$ 35,0 bilhões, 8,8% a mais que os R\$ 32,1 bilhões recolhidos em 2010. A receita tributária representou a maior parte do recolhimento do ano passado (94,6%), com o valor de R\$ 33,1 bilhões, segundo a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF).

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) foi o tributo com maior peso na arrecadação estadual, correspondendo 82,2% do total de 2011, somando R\$ 28,7 bilhões, um crescimento de 9,5% em relação a 2010, quando totalizou R\$ 26,2 bilhões.

A indústria respondeu por mais da metade das divisas geradas com o recolhimento do ICMS em 2011, com 54,6% do total e arrecadação da ordem de R\$ 15,4 bilhões

crescendo de 11% em relação a 2010. Em seguida, o setor de serviços, com 23,8% de fatia do recolhimento do ICMS estadual, arrecadou R\$ 6,7 milhões no ano passado, permanecendo estagnado em relação ao montante recolhido em 2010. O comércio teve participação de 21,2% e cresceu 6,6% e, por fim, a agropecuária gerou apenas 0,4% do valor global do imposto.

De acordo com os dados da SEF, a cobrança da dívida ativa gerou menos divisas para os cofres estaduais em 2011 do que em 2010. Nesta comparação, foram arrecadados R\$ 183,2 milhões contra R\$ 664,5 milhões, uma queda de 72,4%. Por outro lado, o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em 2011 somou R\$ 2,6 bilhões, superando o montante de 2010 (R\$ 2,2 bilhões) em 14,5%. A arrecadação do imposto representou 7,4% do total da receita do ano passado.

IGP-10 desacelera para 0,08% em janeiro

O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) variou 0,08%, em janeiro/12, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Houve desaceleração em relação a dezembro, quando se registrou alta de 0,19%. Em 12 meses, o IGP-10 variou 4,90%.

Dos três componentes do indicador apenas o Índice de Preços ao Consumidor

(IPC) mostrou aceleração em relação ao mês anterior: variação de 0,92% em janeiro, ante 0,65% em dezembro. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) variou -0,27%, em comparação a -0,03%. E o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou taxa de variação de 0,43%, abaixo do resultado do mês anterior, de 0,53%.

No IPC, quatro das sete classes de despesa componentes do índice apresentaram aceleração, com destaque para os grupos alimentação (1,02% para 1,77%) e educação, leitura e recreação (0,46% para 1,92%). Destaque para o comportamento dos preços dos itens hortaliças e legumes (-2,76% para 4,99%) e cursos formais (0,00% para 3,08%).

Outros grupos também tiveram alta: transportes (0,36% para 0,64%) e saúde e cuidados pessoais (0,53% para 0,57%). Os itens que mais contribuíram para isso foram: tarifa de ônibus urbano (0,00% para 0,78%) e artigos de higiene e cuidado pessoal (0,80% para 1,00%).

A pesquisa da FGV mostrou desaceleração nos grupos habitação (0,47% para 0,27%), vestuário (1,08% para 0,33%) e despesas diversas (0,43% para 0,15%). As principais reduções ocorreram em tarifa de eletricidade residencial (1,55% para -0,05%), roupas (1,17% para 0,21%) e cerveja (3,84% para 1,60%).

No Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), os bens finais registraram taxa de variação de 0,18%, em janeiro, ante 0,79%, em dezembro. Para essa desaceleração, segundo a FGV, contribuiu o subgrupo alimentos processados, com redução de 1,60% para -0,90%. O índice relativo a bens finais, calculado sem os subgrupos alimentos in natura e combustíveis, teve variação de -0,29%. No mês anterior, a taxa foi de 0,55%.

O grupo bens intermediários registrou variação de 0,08%. No mês anterior, a taxa havia sido de -0,09%. Três dos cinco subgrupos apresentaram aceleração, com destaque para materiais e componentes para a manufatura, cuja taxa passou de 0,32% para 0,12%. O índice de bens intermediários, obtido após a exclusão do subgrupo combustível e lubrificante para a produção, registrou variação de 0,06%. No mês anterior, foi registrada variação de -0,30%.

O índice de matérias-primas brutas teve variação de -1,23%. Em dezembro, a taxa havia sido de -0,86%. Nesse grupo a pesquisa mostrou desacelerações em bovinos (4,53% para -3,85%); minério de ferro (-4,62% para -6,04%); e aves (2,43% para -0,57%). E alta em soja em grão (-3,66% para 1,29%); milho em grão (-4,66% para -0,47%) e leite in natura (-3,08% para -0,86%).

O levantamento da FGV para o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) apontou que dois dos três grupos componentes do indicador apresentaram desaceleração: materiais e equipamentos (0,27% para 0,19%) e mão de obra (0,81% para 0,56%). Em sentido inverso, a taxa do grupo serviços avançou de 0,15% para 0,77%.

Cinco grupos perdem participação no IPCA em 2012

Cinco dos nove principais grupos que compõem o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reduziram sua participação no índice na nova ponderação que valerá a partir deste mês.

A maior queda ficou com a Educação, que passou de 7,21% em dezembro/11 para 4,37% em janeiro/12. O maior peso continuará com Alimentação e Bebidas, embora o grupo tenha tido a participação reduzida de 23,4% para 23,12%.

As outras quedas foram observadas em Vestuário, de 6,94% para 6,66%; Despesas Pessoais, de 10,54% para 9,94%; e Comunicação, que passou de 5,25% para 4,96%. Os demais grupos aumentaram sua participação no índice, com destaque para os Transportes, que passaram de 18,69% para 20,54%; seguido por Habitação, que avançou de

13,25% para 14,61%; Saúde e Cuidados Pessoais, que passou de 10,76% para 11,09%; e Artigos de Residência, que cresceram de 3,9% em dezembro/11 para 4,67% em janeiro/12.

IBC-Br avança em novembro/11

O indicador de tendência do Produto Interno Bruto (PIB) do Banco Central (BC) indica que o nível de atividade econômica do país apresentou recuperação em novembro/11, após três meses seguidos de queda, se levada em conta a série dessazonalizada. O IBC-BR subiu 1,15% em novembro, em relação ao mês anterior.

Na série sem ajustes sazonais, por outro lado, o índice seguiu recuando, pelo terceiro mês consecutivo, ficando 0,16% abaixo do patamar verificado em outubro. No acumulado dos primeiros onze meses de 2011, o IBC-BR indica crescimento econômico. O avanço foi de apenas 2,84% em relação a igual período de 2010, na série sem ajustes sazonais, o que reforça a revisão feita pelo Banco Central na projeção para o PIB do ano passado.

O dado referente ao período de doze meses terminado em novembro de 2011 aponta na mesma direção. O IBC-BR aumentou, na série sem ajustes, 2,97% sobre os doze meses anteriores.

Taxa Selic reduz para 10,5%

Pela quarta vez seguida, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu a taxa básica de juros (Selic) em 0,5%. Os juros básicos da economia passaram de 11,0% para 10,5% ao ano.

No início de 2011, o BC tinha retomado o processo de aperto monetário como forma de combater o aumento da inflação. O Copom elevou a Selic por cinco reuniões seguidas até atingir o pico de 12,5% ao ano, em 20 de julho/11. No período, o aumento acumulado foi 1,75%. Porém, a partir do segundo semestre do ano passado, o Copom resolveu afrouxar a política monetária, após os problemas vivenciados pela Europa, o que reduziu as pressões inflacionárias no mercado interno.

A diminuição da Selic está em linha com o boletim Focus, ou seja, a maioria dos analistas projetava corte de 0,5%. Pela pesquisa, o mercado prevê mais reduções nos próximos meses e projeta os juros básicos em 9,5% no final de 2012.

A redução da taxa Selic estimula a atividade econômica, facilitando o acesso ao crédito, o que estimula o consumo. Os juros mais baixos também melhoram as contas do governo ao reduzirem os custos da dívida pública. A taxa menor afeta ainda o câmbio e estimula as exportações ao

conter a entrada de dólares e diminuir a queda do valor da moeda norte-americana.

Cálculo do IPCA muda em Belo Horizonte

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) mudou o cálculo da inflação oficial do país. A nova metodologia já foi definida e a partir de janeiro/11, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passa a ser calculado com base em uma nova estrutura de pesos, expondo melhor as mudanças nos hábitos da população. Educação e transportes, por exemplo, terão menor influência no indicador, mas pouco muda em relação à participação dos alimentos e bebidas.

A maior parte das alterações foi apenas no peso dos itens incluídos no cálculo. Uma das principais alterações foi à redução do peso do grupo educação, que caiu de 7,21% para 4,37% no Brasil e de 7,06% para 4,2% em Belo Horizonte.

Já alimentação e bebidas, que foram as maiores responsáveis pela inflação em Belo Horizonte no ano passado, com variação de 6,85%, sofreram pequena alteração.

Em Belo Horizonte, por exemplo, o pão de queijo passou a ser incluído no cálculo, o que antes só acontecia no índice nacional.

O leite pasteurizado deu lugar ao longa vida. No grupo dos produtos de limpeza, inseticidas e cera de assoalho deixaram de fazer parte do cálculo e entraram a água sanitária e desinfetante, além de aumentar o peso do amaciante.

O forno de micro-ondas foi incluído no cálculo. Mudou também o peso dos microcomputadores, que antes era de 0,159 e passou a ser de 0,322. Produtos como a banana d'água não serão mais levados em conta na hora de calcular a inflação na capital mineira, mas o peso da banana prata será maior. Da mesma forma, as empregadas domésticas passaram de um peso de 3.874 para 4.070 na nova pesquisa. No caso dos aluguéis, a variação foi pequena em BH, de 6.523 para 6.452. Em compensação, será maior a influência da locação residencial (de 2.453 para 3.663), enquanto o condomínio terá menos importância, caindo de 1.765 para 0.994.

As maiores variações foram verificadas nos preços dos combustíveis (13,38%) e do transporte público (9,43%). Mas este último, por exemplo, teve seu peso reduzido de 8.358 para 4.021. Caiu também de 3.901 para 2.020 o peso do ônibus urbano. Mas os combustíveis terão um pouco mais de influência, já que seu peso foi de 5.351 para 5.561.

Cidades-polo de Minas tiveram arrecadação maior em 2011

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) nas principais cidades-polo do Estado cresceu em 2011 na comparação com 2010. Ipatinga teve o melhor desempenho, com alta de 44,4%. Por outro lado, a exceção ficou por conta de Juiz de Fora, com queda de 18,5%, que pode ser justificada pela remodelação da fábrica da Mercedes-Benz, que desde o início de 2011 paralisou a fabricação do automóvel CLC 200 Kompressor, para adaptação da linha à produção do caminhão pesado Actros e do leve Accelo, em um investimento de R\$ 450 milhões.

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), a arrecadação do ICMS em Juiz de Fora encerrou 2011 com o montante de R\$ 636,4 milhões, 18,5% a menos que os R\$ 781,5 milhões recolhidos no exercício anterior.

Em Ipatinga, o recolhimento injetou R\$ 655,1 milhões nos cofres municipais em 2011. O valor representa um acréscimo de 44,4% em relação à arrecadação de 2010 (R\$ 453,5 milhões).

Em Belo Horizonte, os dados da SEF mostram que a arrecadação teve um ganho de 5,5% em 2011 em relação a 2010. Nesta comparação, foram

recolhidos R\$ 7,254 bilhões contra R\$ 6,872 bilhões.

Em Betim, apesar da Lei do ICMS Solidário ter forçado uma perda de R\$ 39 milhões para a arrecadação do imposto, o recolhimento somou R\$ 4,061 bilhões, ante R\$ 3,897 bilhões em 2010, um aumento de 4,2%.

Em Contagem, os cofres públicos receberam R\$ 1,589 bilhão, montante 13,6% maior ao do exercício anterior (R\$ 1,398 bilhão). Em 2011, Contagem recuperou o posto de quarta cidade do ranking mineiro em arrecadação do imposto, ultrapassando Uberlândia. A receita gerada pelo recolhimento do ICMS em Uberlândia chegou a R\$ 1,586 bilhão

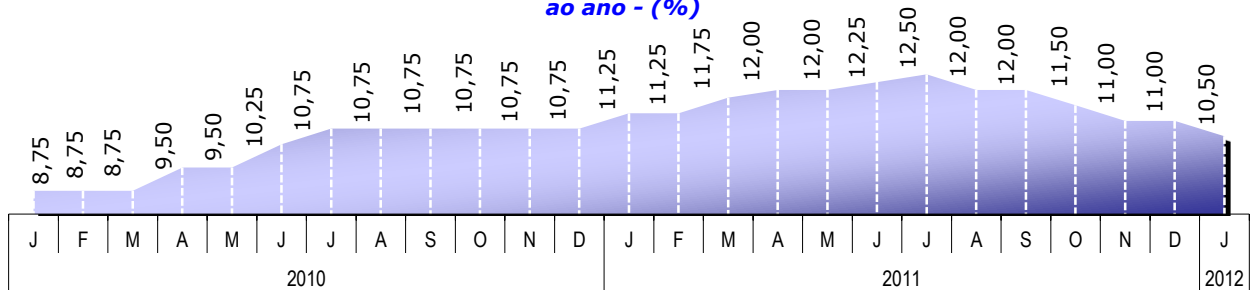
em 2011, uma alta de 11,3% em relação a 2010 (R\$ 1,424 bilhão).

Entre os municípios do Sul de Minas, como Pouso Alegre, Itajubá e Varginha, a maior arrecadação na região foi em Poços de Caldas, recolhendo R\$ 211,8 milhões em 2011, frente R\$ 202,8 milhões em 2010, alta de 4,4%.

Minas Gerais encerrou 2011 com arrecadação de R\$ 35,012 bilhões e o ICMS respondeu por 82,2% deste total. Em 2011, o recolhimento do imposto em todo o Estado somou R\$ 28,791 bilhões, um crescimento de 9,5% em relação a 2010 (R\$ 26,271 bilhões).

ANEXO

**Evolução da Taxa SELIC
ao ano - (%)**



Fonte: Banco Central
 Elaboração: Fecomércio Minas - DE